

Passarinho vai à CPI e polemiza

Liege Albuquerque
Enviada Especial

O último dia de depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a Internacionalização da Amazônia foi usado para o direito de resposta do deputado federal Fábio Feldman e do senador Fernando Henrique Cardoso, ambos do PSDB/SP. Os dois foram citados pelo jornalista Lourenço Carrasco, em depoimento à CPI da Amazônia há duas semanas, como representantes pagos por organizações internacionais para defender região amazônica. Os dois se preocuparam mais em defender, entre outros pontos, a questão da demarcação de terras indígenas na Amazônia do que em se defender.

Após o debate dos tucanos com os parlamentares da CPI, chegou, quase de surpresa (seu segundo depoimento na Comissão estava marcado para anteontem), o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho. Com seu usual estilo bem-humorado, Passarinho justificou sua ausência na quarta-feira como "prudente". "É que eu não podia deixar o Possuelo (presidente da Funai, que depois também ficou pela segunda vez, anteontem) ficar com inveja de meu conhecimento sobre os yanomamis, que é bem maior que o dele". Sydney Possuelo, sentado junto aos parlamentares da CPI, sorriu.

Pela primeira vez em seis meses de andamento dos trabalhos da CPI, o "objeto" mais polêmico das discussões promovidas pela Comissão, veio assistir aos debates: o índio. Oito representantes de cerca de 20 organizações e tribos indígenas, assistiram de pé as falas de Feldman, Cardoso e Passarinho. Manuel Moura, presidente da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (AM, AC, RR, RO, AP e PA), com sede em Manaus, disse não ter vindo assistir às reuniões da CPI antes "por não ter o direito de falar, de debater com os parlamentares". (ver matéria abaixo).

Mãe — Dizendo-se defensor da Amazônia sem conhecimento profundo sobre o tema ("leigo mesmo") mas com mãe manauara, Fernando Henrique Cardoso, disse não conhecer o jornalista que o citou, "por isso não se ocuparia em comentar o que ele disse ou deixou de dizer". Preferiu falar sobre o que tem familiaridade: questões internacionais. "Se cada vez que algum representante de um país opinar sobre o que deve ser feito em outro significar querer atingir sua soberania, aí vai ser generalizado", pondera. O senador diz que as propostas internacionais para mudanças no Brasil são "pacíficas".

Nenhuma pessoa sensata pode admitir que haja idéia de internacionalizar a Amazônia, a não ser que visto sob o ponto de que os incentivos dados à Zona Franca, pode ser requerido no Mercosul. Daí para virar paranóia é um passo".

Falando em Zona Franca, Cardoso aproveitou para reiterar seu apoio à ampliação de incentivos fiscais aprovado pela Câmara anteontem e lembrar que "os incentivos à ZIFM são 10 vezes maiores do que

os incentivos que os empresários dão aos salários dos trabalhadores do Distrito Industrial, a liberação dos incentivos deveria estar à melhoria dos salários, em benefício ao homem, em investir no saneamento básico de Manaus especialmente em tempos de cólera".

Feliz — Conhecido por defensor da demarcação das terras yanomami, através de artigos em dois jornais de circulação nacional nos quais costumava polemizar com o ministro Passarinho, Fábio Feldman se disse "feliz" com a demarcação em portaria, "só faltando efetivá-la". O deputado se limitou a fazer apenas uma observação sobre a acusação do Lourenço Carrasco: "Daí para ver o quanto é ridículo e equivocado este jornalista quando, no mesmo dia em que me acusou sem dar provas", disse que o coronel Seldin era um homem ilustre, quando todos sabem que ele é o líder dos cara-pintadas".

Feldman também mencionou a alusão do jornalista à "farsante" WWF Wildlife Foundation, organização não governamental com sede em Nova York. "É um total absurdo: quem tem o mínimo de conhecimento sobre ecologia sabe que esta é uma das organizações mais sérias do mundo, a mais eficiente em desenvolvimento de projetos sobre salvaguarda de tartarugas".

O deputado divulgou um levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a cifra da fonte de receita que gera e exploração de recursos minerais na região Amazônica: Cr\$ 8 bilhões no mês. "Porque não investem isso no saneamento básico da região", questiona. "É tudo muito paradoxal: as grandes queimadas da região são patrocinadas com incentivos fiscais do governo, para a expansão de latifúndios. Gilberto Mestrinho diz que o Ithama atrapalha a vida do caboclo amazônico, mas como que 38 fiscais, que é o total de fiscais do instituto no Estado, podem ser tão eficientes com tantos caboclos?".

O deputado Feldman lamentou a ausência de Francisco Rodrigues (membro da CPI, deputado pelo PTB de Roraima), que também o acusou nominalmente, anteontem, de estar ligado a organizações internacionais não-sérias. Em seu socorro veio João Fagundes (PMDB/RR) dizendo que este não queria "ofender o deputado", mas apenas denunciar que há organizações não governamentais em Roraima que "estudam o comportamento sexual dos índios". Feldman questionou o deputado: "Estudar o comportamento sexual dos índios afeta a soberania nacional? Afinal a CPI é para verificar a internacionalização da Amazônia ou para decidir o que será estudado ou não no País?". Não obteve resposta.

Constitucional — Jarbas Passarinho começou seu discurso lendo alguns artigos da Constituição Federal para comprovar a "constitucionalidade absoluta" da portaria que demarca a área de 9,4 milhões de hectares para os cerca de 10 mil índios yanomami (dados IBGE 91), que vivem "imemorialmente" entre os Estados do Amazonas e Roraima, fronteira com a Venezuela. A inconstitucionalidade da portaria foi levantada pelo relator da CPI da

Amazônia, Avenir Rosa, e João Fagundes. Os deputados alegaram anteontem que não estava sendo respeitada a faixa de até 150 quilômetros na fronteira, como área militar, também assegurada constitucionalmente.

"A faixa de Gaza (referência à área que segregava racionalmente povos no Oriente Médio) está assegurada. Se for necessário que se coloque uma Base Aérea lá, será colocada. Hoje só temos meia dúzia de soldados naquela área", diz Passarinho comentou duramente: "Sendo contrário alguns parlamentares à demarcação, o que querem: que continuem o genocídio de indígenas permitido por governos anteriores, quando construíam a Manaus-Caracará e a estrada Perimetral norte, expulsando índios de suas tribos para explorar minérios?".

O deputado José Dutra (PMDB/AM), que não é titular da suplente da CPI da Amazônia, disse ao ministro Passarinho que ele, por exemplo, não era contra a demarcação da área "de direito" dos yanomami, "mas ao absurdo de 9,4 milhões de hectares". Passarinho responde que a área é necessária para a reprodução física e cultural do povo. "Índios perambulam, sim e precisamos de área para se locomover, fazer contatos: para se ter uma idéia, são quatro línguas diferentes na mesma tribo e quem fala a mesma língua fica junto. A área é suficiente para que eles façam contatos com gente de sua própria tribo, que fala língua diferente".

Passarinho se diz pelo desenvolvimento auto-sustentado da Amazônia e não pela preservação "histórica" da região. "A própria portaria admite que possa ser explorado subsolo da área yanomami, desde que os índios permitam e o governo admita". Para o ministro dos dois Estados que vão "perder" a terra para os yanomamis, Roraima reclama mais. "Devo estar com Ibope zero em Roraima, já que índio não vota. O Estado vai perder, sim, no que diz respeito à impossibilidade da exploração ilegal de minérios naquela área", perdendo alguns nababos dos de garimpos daquelas terras". Para ele, o medo desses "absurdos donos de barrancos de ouro", é começar a ter de colaborar com o índice do BIP, nacional.

Ricardo Moraes, deputado federal pelo PT do Amazonas, insistiu na sua tese de que o "relatório preliminar da CPI está a cara do Código Amazônico de Gilberto Mestrinho". Explicou ao ministro que há um ponto no relatório e no Código "absolutamente igual": quem terá autonomia para demarcar terras indígenas é o governo do Estado junto à Assembleia Legislativa, em o aval do governo federal, da parte mais interessada, ou seja, o índio. Passarinho disse que conhecer bem o Código, mas sabe que "em sua maior parte é inconstitucional". Disse ainda que é difícil discutir a possibilidade da demarcação de reservas para garimpo (levantada pelo Código e pelo relatório), "enquanto ainda se discute verbas para a demarcação de terras indígenas". Passarinho tranquilizou Moraes dizendo que o relatório preliminar da CPI é preliminar. "É depende de seu voto para ser definitivo".

O ministro Jarbas Passarinho(foto) surpreendeu, ontem, a CPI da Amazônia e prestou depoimento antecipado. Polemizou com o deputado Feldman.



Duzentos índios montaram vigília em Brasília para pressionar o Congresso a votar a política indigenista, que acabou ficando para o próximo ano. Eles foram também à CPI.

VIDE VERSO